

GREVE GERAL

Máquinas paradas, braços cruzados!

Militância nas ruas, transporte público nas garagens, comércio, indústria, serviços, agências bancárias e rede estadual do ensino parados. Tudo isso e muito mais, como o apoio e a adesão de grande parte da população, garantiram o sucesso da maior greve geral das últimas décadas



Mais informações e fotos na página 2

CAMPANHA SALARIAL 2017

Pauta de reivindicações na mão dos patrões

Recentemente, os metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita realizaram Assembleia Geral para avaliar e aprovar por unanimidade a pauta de reivindicações da Campanha Salarial, que terá negociação apenas das cláusulas econômicas (salariais).

O objetivo é conquistar a reposição das perdas causadas pela inflação e um aumento real para recuperar o poder de compra da categoria, arrojado por uma brutal rotatividade que consumiu cerca de 26,9% da massa salarial dos/as trabalhadores/as. Também ficou definido que ambas reivindicações salariais deverão incidir sobre o piso da categoria e sobre o salário dos aprendizes.

A pauta de reivindicações já está desde abril na mão do sindicato patronal (Simecan) para posterior negociação. Por

enquanto, os trabalhadores aguardam a informação do IBGE sobre o INPC de abril para conhecer a perda salarial do ano. Até o fechamento desta edição, o órgão ainda não havia divulgado esta importante informação. Segundo o Dieese, a perda anual deverá ficar entre 4,3% e 4,5%.

“Neste ano, nossa luta deverá estar focada na campanha salarial, mas também na luta contra as reformas trabalhista e previdenciária que o governo golpista pretende impor para nós. Será um olho aqui e outro lá em Brasília”, resumiu o vice-presidente do Sindicato, Silvio Bica. “Mas sabemos que os patrões metalúrgicos não vão facilitar o nosso lado e vão querer, por meio do discurso de crise, arrochar ainda mais os salários da categoria. Vamos lutar para que isso não aconteça”, concluiu.

Perdas causadas pela inflação até março

Mês/Ano	INPC	Acumulado
Mai/2016	0,98%	0,98%
Jun/2016	0,47%	1,45%
Jul/2016	0,64%	2,10%
Ago/2016	0,31%	2,42%
Set/2016	0,08%	2,50%
Out/2016	0,17%	2,68%
Nov/2016	0,07%	2,75%
Dez/2016	0,14%	2,89%
Jan/2017	0,42%	3,32%
Fev/2017	0,24%	3,57%
Mar/2017	0,32%	3,90%
Abr/2017	-	-

GREVE GERAL

Mobilização nacional entra para a história da classe trabalhadora

Para protestar contra as reformas trabalhista e previdenciária, que estão tirando direitos históricos da classe trabalhadora, e contra o governo ilegítimo de Michel Temer, os movimentos sociais promoveram na sexta-feira, 28 de abril, a maior greve geral desde 1989, quando houve a paralisação de pelo menos 35 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Desta vez estimativas apontam a paralisação de algo em torno de 40 milhões de trabalhadores/as ou um terço da população economicamente ativa do Brasil.

Em Canoas, Nova Santa Rita e outras cidades da Grande Porto Alegre, não foi diferente. O transporte público (ônibus, metrô etc) deixou de funcionar desde as primeiras

horas da madrugada. Escolas, universidades e repartições públicas não abriram suas portas durante o dia. O comércio nos centros de compras e nos shoppings também sofreu com a falta de funcionários e consumidores. E o movimento social organizado promoveu bloqueios em importantes vias públicas, contrapondo a ação de governos e principalmente patrões, que, numa tentativa de causar o insucesso da greve, por meio de ameaças de demissão e outras retaliações, pressionaram funcionários a comparecer de qualquer jeito ao trabalho.

A maioria das grandes fábricas também não funcionou, dependendo da ação sindical de cada categoria. Nas indústrias do ramo metalúrgico, grande parte dos trabalhadores/as não compareceu ao trabalho. No entanto, a militância se fez presente na porta das médias e grandes empresas da base, como a GE, Agco, Midea, Maxiforja, Estrutural, Harman, Siemens e Beretta, onde houve paralisação total da produção. Em outras, poucas pessoas ingressaram e a produção ficou prejudicada por causa da adesão da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

“Acreditamos que, no mínimo, cerca de 5 mil metalúrgicos da base de Canoas e Nova Santa Rita não compareceram ao trabalho”, disse o presidente do Sindicato, Paulo Chitolina.



PARTICIPAÇÃO E APOIO

Embora o governo – com o apoio da grande mídia – diga que a greve geral não foi um sucesso, os dirigentes da CUT Nacional afirmam que esta foi a maior greve dos últimos 100 anos. Quem não participou, apoiou. Uma pesquisa feita pela revista Veja mostrou que 96% das quase 800 mil pessoas consultadas se disseram favoráveis à paralisação. Apenas 3,66% se mostraram contrárias, que é quase o mesmo número de pessoas que aprovam o governo Temer (4%), conforme recente pesquisa realizada pela consultoria Ipsos e publicada na BBC Brasil.



AGRADECIMENTOS

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita agradece a todos os companheiros e companheiras que entenderam o objetivo da greve geral e participaram de alguma forma, seja aderindo à paralisação ou ajudando na condução das mobilizações. Com exceção da agressão covarde sofrida por um dirigente sindical, cometida por um violento e desequilibrado bajulador de patrão (veja detalhes abaixo), as mobilizações do dia da Greve Geral foram ordeiras e pacíficas.



“Acreditamos que esta participação massiva da classe trabalhadora vai fazer com que o governo e sua base no Congresso Nacional cedam e minimizem os projetos que estão causando uma brutal retirada de direitos trabalhistas e previdenciários”, disse o secretário-geral do sindicato, Flávio de Souza, o Flavião.

POPULAÇÃO NA RUA

No final da manhã, milhares de pessoas se deslocaram a pé ou de carona para Porto Alegre, onde passeatas e um grande ato unitário da classe trabalhadora foram realizados. Trabalhadores das indústrias, do comércio e dos serviços, servidores públicos, estudantes e até membros do Poder Judiciário local realizaram marchas em direção ao Centro da capital. No total, cerca de 20 mil pessoas se reuniram para protestar naquele dia de greve geral.

A LUTA CONTINUA

Sucesso garantido, agora a CUT e outras centrais vão lutar para barrar a Reforma Trabalhista no Senado e retirar da pauta da Câmara dos Deputados a Reforma da Previdência nos próximos dias. E não descartam novas grandes mobilizações nacionais para as próximas semanas.

Centrais preparam outras grandes mobilizações contra as reformas de Temer

Durante o ato de 1º de Maio, na Avenida Paulista, em São Paulo, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas afirmou que as organizações dos movimentos sindical e sociais vão se reunir para discutir os próximos passos, como organizar uma marcha de 100 mil pessoas até Brasília e promover uma nova Greve Geral.

Antes destas mobilizações, haverá tentativa de diálogo com o Congresso Nacional para debater o destino da Reforma Trabalhista, aprovada na Câmara. Resta saber quem os parlamentares ouvirão, as ruas ou o governo Temer. “Os senadores vão ouvir a opinião pública ou morrerão abraçados com um governo que já acabou?”, questionou Freitas, fazendo alusão às pesquisas que mostram índices de rejeição recorde do governo e o apoio da maioria da população às manifestações contra as reformas.



Dirigente sindical é covardemente agredido na Greve Geral

Na sexta-feira, 28, dia da Greve Geral, o dirigente sindical Antonio Munari, 62 anos de idade, foi agredido pelas costas por um jovem trabalhador da empresa Mangels, em Canoas. Segundo Munari, a covarde agressão teria ocorrido pela manhã, entre 8h e 9h, diante de várias testemunhas, no momento em que realizava uma fala em frente à fábrica.

"O agressor estava dentro do pátio, sem participar da mobilização de greve. Ninguém o provocou ou insultou. Mesmo assim, inesperadamente, me deu um golpe de luta marcial pelas costas e eu caí e bati a cabeça e as costelas nas pedras. Felizmente, outros

trabalhadores daquela empresa presenciaram o momento da agressão e saíram em minha defesa, impedindo que o agressor continuasse batendo em mim", relatou o sindicalista, lembrando que, em outras ocasiões, o mesmo trabalhador já havia feito ameaças frente a presença do Sindicato na empresa.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a direção da empresa determinou que o desequilibrado agressor fosse para casa. O sindicalista registrou boletim de ocorrência na delegacia e realizou todos os exames que comprovam a agressão.



EMPREGO & DESENVOLVIMENTO

Lula defende recuperação do Polo Naval e pede respeito à política de conteúdo local

O ex-presidente Lula da Silva – que é presidente de honra da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - defendeu a recuperação da indústria naval no país, especialmente no Polo Naval de Rio Grande, em ato realizado na cidade, no sábado, 29 de abril. Também reivindicou mais respeito à política de conteúdo local, que, desde 2003, permitia que principalmente a mão-de-obra e, portanto, os empregos, fossem mantidos e preservados dentro de nosso país. Cerca de 20 mil pessoas participaram da manifestação,



que também contou com a presença da presidenta legítima Dilma Rousseff e dirigentes sindicais metalúrgicos de várias regiões do Estado.

Na ocasião, Lula e Dilma receberam um documento abordando a luta dos metalúrgicos pelo Polo Naval, que o governo golpista de Michel Temer (P M D B) e s t á desmontando. "Navios e plataformas brasileiras tem de ser feitos pelas mãos de

metalúrgicos brasileiros e não em Cingapura ou na China. Esse desmonte não pode continuar", disse Lula lembrando de todo o trabalho que ele e Dilma fizeram para recuperar a indústria naval, que gerou milhares de empregos e desenvolvimento para os pólos navais. "O pretexto dos golpistas para derrubar Dilma era 'melhorar o país'. Porém, até agora, só destruíram!", disse Lula lembrando da aprovação da terceirização sem limites, do ataque à CLT e aos sindicatos, e da retirada de direitos trabalhistas e previdenciários.

Para a presidenta Dilma, o governo golpista está tentando "matar a indústria naval". Segunda ela, muito mais do que gerar empregos, os pólos navais significavam a afirmação da soberania nacional. "O golpe parlamentar e midiático não terminou quando me tiraram da presidência, mas segue atacando a soberania nacional com o desmonte do Polo Naval, a terceirização e as reformas da Previdência e Trabalhista", disse. No final, o consenso: é preciso que a classe trabalhadora lute pela soberania e pelos empregos, e lute para impedir que o Brasil continue nas mãos de governantes lesa-pátria como o golpista Michel Temer.

O presidente da CNM/CUT, Paulo Cayres, também participou do ato e destacou a resistência popular na greve geral do dia anterior. "Os golpistas estão reduzindo investimento na indústria e nos direitos sociais. O povo brasileiro mostrou ontem que tem garra e não vai dar trégua se mexerem com nossos direitos", afirmou.

O Deputado Estadual Nelsinho Metalúrgico, que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Polo Naval, entregou a Lula e Dilma um ofício agradecendo os investimentos feitos na indústria naval quando ambos estavam governando o país e se comprometeu a continuar lutando junto.

1º DE MAIO

Em ato unitário, CUT defende unidade e resistência para derrotar retrocessos

Um 1º de Maio de resistência. Assim foi o ato unitário da CUT e outras centrais sindicais, realizado no final da manhã do Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, junto ao Monumento ao Expedicionário do Parque da Redenção, em Porto Alegre. Após concentração, houve pronunciamentos da CUT, CTB, UGT, Intersindical e CSP-Conlutas, bem como do ex-governador gaúcho Olívio Dutra.

O ato ocorreu três dias após o sucesso da greve geral de 28 de abril, a maior da história recente do Brasil, que parou o estado e o país. Os dirigentes sindicais também recordaram os 100 anos da primeira greve geral, realizada em 1917, e ressaltaram o protagonismo dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro. "Estamos em 2017 e seguimos lutando por nossos direitos. A classe trabalhadora não tem nada a comemorar. Só tem motivos para denunciar e resistir. Se for necessário, vamos fazer outra greve geral e parar o Brasil de novo", afirmou o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo.

PISO REGIONAL

Sartori e sua base parlamentar arrocham salários dos gaúchos

O Governo Sartori e sua base de sustentação na Assembleia Legislativa aprovaram no dia 25 de abril um reajuste de apenas 6,48% para o piso regional. Assim, sem pelo menos repor o total das perdas inflacionárias, o governador e seus deputados fiéis impuseram mais um arrocho no salário mínimo gaúcho. Antes, rejeitaram uma emenda construída por acordo entre parlamentares e centrais sindicais propondo um reajuste de 8,1% para repor a inflação do período (6,58%) e parte da perda salarial acumulada nos últimos dois anos (1,52%).

"O Governo Sartori marca a história do RS como o primeiro governo que nem sequer cumpre a reposição do

piso regional acima da inflação. A pequena elevação de cerca de R\$ 17,00, proposta na emenda, poderia garantir uma melhor condição de renda para mais de 3 milhões de gaúchos e gaúchas do campo e da cidade", afirmou o deputado opositor Altermir Tortelli, do PT. Para os dirigentes sindicais da CUT que pressionavam os governistas nas galerias da Assembleia Legislativa, Sartori reproduz aqui no Estado o que Michel Temer faz no país, ou seja, ambos são de uma mesma base política que defende o arrocho salarial e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

E OS GOLPES CONTINUAM**Câmara aprova reforma trabalhista, que segue para votação no Senado**

ANTES	DEPOIS
Intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 (uma) hora.	Intervalo para repouso e alimentação poderá ser de 30 minutos.
Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana.	Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana.
Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias.	Férias anuais em até três períodos, com remuneração também proporcional.
Trabalhador recebe salário pelas horas que passa em deslocamento para a empresa quando esta fica em local de difícil acesso.	Permite o fim do pagamento das horas gastas no transporte até a empresa.
Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais.	Jornada de trabalho diária e semanal sem qualquer limite.
Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso etc.	Possibilita o trabalho remoto sem garantias.
Empresas com mais de 10 trabalhadores devem garantir o registro de ponto para evitar excesso de jornada e permitir a fiscalização pela Fiscalização do Trabalho.	Possibilita o fim do registro de ponto.
A anulação de cláusulas de negociações coletivas não pode prejudicar os trabalhadores pelas situações passadas.	A anulação de acordos e convenções gera prejuízo aos trabalhadores, que terão de pagar aos patrões os supostos benefícios recebidos.
Banco de horas de máximo 1 ano, com respeito aos limites de jornada (8h/dia e 44h/semana).	Banco de horas pode durar indefinidamente e sem respeitar qualquer limite de jornada.

Na calada da noite do dia 26 de abril, a maioria parlamentar da Câmara dos Deputados deu mais um golpe na classe trabalhadora, aprovando a reforma trabalhista que só agrada a classe patronal, imposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Apenas as bancadas mais à esquerda – especialmente o PT, PCdoB e Psol – votaram em bloco contra a reforma.

“O governo mente para a população. Diz que pretende ‘modernizar’ as relações de trabalho, dar mais segurança jurídica para as empresas e resolver o problema do desemprego, mas, na verdade, está impondo um brutal retrocesso na legislação que foi criada exatamente para proteger os trabalhadores da ganância patronal, está tirando direitos e reforçando a escravidão moderna”, protestou o presidente do nosso sindicato, Paulo Chitolina. As consequências, disse, serão o empobrecimento do trabalhador a médio prazo, a redução da massa salarial geral do país e o corte na arrecadação previdenciária e de tributos, que vão gerar muitos problemas sociais.

A reforma seguiu para o Senado Federal, onde a CUT e outras centrais esperam impedir que os retrocessos sejam aprovados e que a CLT e as carteiras de trabalho não sejam rasgadas por aqueles que deveriam defender os interesses da maioria da população. Uma pesquisa feita pelo Senado mostra que 95% da população se manifesta contra a reforma.

Entre as decisões mais polêmicas está a prevalência do negociado sobre o legislado, obstáculos ao ajuizamento de ações trabalhistas, limites a decisões do Tribunal Superior do Trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores,

a possibilidade de parcelamento de férias em três períodos, a flexibilização de contratos e jornadas de trabalho, a possibilidade de redução de salários e o fim do princípio da equiparação salarial.

**Projeto tucano pretende oficializar a escravidão no campo**

O presidente da bancada ruralista na Câmara Federal, o deputado tucano Nilson Leitão (PSDB-MT), quer oficializar a escravidão para os trabalhadores do campo no Brasil, incluindo emenda que, caso aprovada, vai permitir que os donos dos latifúndios e das empresas do agronegócio não paguem seus funcionários apenas com salários, mas também mediante “remuneração de qualquer espécie”, como oferta de moradia e alimentação, como acontecia na época das senzalas.



O texto aumenta ainda a jornada diária de trabalho para até 12 horas, por “motivos de força maior”, permite a substituição do repouso semanal dos funcionários por um período contínuo, com até 18 dias seguidos, e autoriza a venda integral das férias dos empregados.

do valor do benefício

- 40 anos de trabalho para chegar a 100% do valor.
- Regra de transição com pedágio de 30% do tempo que faltar
- Pensão por morte de apenas 50% do que a pessoa falecida recebia, mais 10% por dependente

Reforma da Previdência é aprovada em comissão especial e avança na Câmara

E seguem os golpes contra a classe trabalhadora.

Uma semana depois de a Câmara Federal aprovar a reforma trabalhista, uma comissão especial da casa aprovou o texto da reforma da Previdência apresentado pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA).

As bancadas que defendem os direitos dos trabalhadores/as – minoritárias – foram mais uma vez atropeladas pelos partidos que apoiam o governo, que conseguiu 23 dos 37 votos da comissão especial, entre os quais estão dois traidores do povo gaúcho, os deputados Darcísio Perondi e Mauro Pereira, ambos do PMDB de Sartori e Temer. Outros dois deputados gaúchos votaram contra a proposta na comissão: Pepe Vargas (PT) e Heitor

Schuch (PSB).

A proposta de reforma da Previdência segue para o plenário da Câmara, onde o governo pode ter mais dificuldades já que precisará de, no mínimo, por se tratar de alteração na Constituição, 308 votos nos dois turnos de votação.

Principais retrocessos

- Imposição da idade mínima para se aposentar: 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres)
- Tempo mínimo de contribuição: 25 anos para receber 70%

CPI pretende abrir “caixa preta” da Previdência

Incansável lutador dos direitos trabalhistas e previdenciários, o senador Paulo Paim (PT-RS), ex-presidente de nosso sindicato, conseguiu aprovar e agora preside a CPI que pretende abrir a “caixa preta” da Previdência Social. O objetivo é desmontar a tese mentirosa do governo de que a Previdência é deficitária, motivo pelo qual Michel Temer e sua base de sustentação no Congresso Nacional estão propondo mudanças que tiram do povo

mais pobre a possibilidade de se aposentar dignamente. A ideia da CPI é investigar as receitas e as despesas do sistema previdenciário, os desvios de recursos em formas de anistias, desonerações, desvinculações, sonegações ou outros meios que propiciem a retirada de fontes da Previdência, além de investigar os beneficiários de tais desvios.

No primeiro dia de trabalho efetivo, a CPI aprovou 104 requerimentos entre pedidos de informação a órgãos federais e convites para participação de autoridades e especialistas nas

audiências públicas que vão esmiuçar a realidade da Previdência Social. No dia 3 de maio, os senadores que compõem a comissão ouviram representantes dos sindicatos nacionais que representam os auditores fiscais do Trabalho (Sinait) e da Receita Federal (Sinfisco), dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

Com sessões realizadas duas vezes por semana, a expectativa de Paulo Paim é que a CPI chegue a conclusões em quatro meses.

**EXPEDIENTE**

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC

Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Sílvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n.º 8.658), Rita Correa Garrido (Reg. Prof. n.º 18.683) e Dijair Brilhantes - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.